

---

## OS ESTUDOS SOBRE INFÂNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL DE 1987 A 2005: QUESTÕES HISTÓRICAS E METODOLÓGICAS

Adão Aparecido Molina\*

[lattes.cnpq.br/8720539429917901](http://lattes.cnpq.br/8720539429917901)

**Resumo:** Este texto apresenta uma discussão a partir da organização e da análise dos estudos realizados sobre Infância nos programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, no período de 1987 a 2005. Foram recolhidos os resumos de dissertações e teses disponibilizados no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, após classificados, possibilitaram a separação do objeto específico para a análise, a saber: os trabalhos que discutem o conceito ou a história da infância. O objetivo da pesquisa é verificar qual é a metodologia utilizada nessas discussões e destacar sua relevância para a compreensão da história da infância no Brasil. Os resultados apontaram que a compreensão de infância está relacionada com a teoria que se adota como aporte teórico-metodológico para a realização dos estudos, que produzem diferentes concepções de história e também de infância.

**Palavras-chave:** História; Infância; Educação; História da Infância no Brasil.

### THE STUDIES ON CHILDHOOD IN POSTGRADUATE IN EDUCATION IN BRAZIL 1987 2005: HISTORICAL AND METHODOLOGICAL QUESTIONS

**Abstract:** This paper presents a discussion from the organization and the analysis of studies on Childhood in postgraduate programs in Education in Brazil, from 1987 to 2005. Were collected abstracts of dissertations and theses available on the website of Higher Education Personnel Improvement Coordination (CAPES), after classified, made possible the separation of the specific object for analysis, the papers discuss the concept or the history of childhood. The aim of the study is to determine what is the methodology used in these discussions and highlight its relevance for understanding the history of childhood in Brazil. The results pointed out that the understanding of childhood is related to the theory that is adopted as a theoretical and methodological contribution to the realiza-

---

\* Doutor em Educação. Docente na Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranavaí, UNESPAR (Brasil). Contato: [adaoamolina@gmail.com](mailto:adaoamolina@gmail.com).

---

tion of the studies that produce different conceptions of history and also of childhood.

**Keywords:** History. Childhood. Education. History of Childhood in Brazil.

\* \* \*

## **Introdução**

Este texto apresenta uma discussão a partir da organização e da análise dos estudos realizados sobre Infância nos programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, no período de 1987 a 2005. Tem como base para a discussão alguns documentos do final do século XX, considerando a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989 e a legislação brasileira, a partir da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/1990, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e do Plano Nacional de Educação de 2001, retomando os direitos concedidos à infância, a partir do período.

Para a realização do trabalho, foram recolhidos os resumos de dissertações e teses disponibilizados no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, após classificados, possibilitaram a separação do objeto específico para a análise, a saber: os trabalhos que discutem o conceito ou a história da infância.

O objetivo geral do estudo é verificar qual é a metodologia utilizada nessas discussões e destacar sua relevância para a compreensão da história da infância no Brasil. Justifica-se tal estudo pelo fato de que os trabalhos produzidos nos programas de pós-graduação em educação no Brasil contribuem para a formação dos profissionais que atuarão com as crianças na educação básica. É importante que esses professores entendam a visão que se tem da criança em diferentes períodos históricos num estágio específico da vida, a infância.

O estudo se desenvolveu por meio de pesquisa bibliográfica e documental, trabalhando com dados quantitativos e qualitativos, e está organizado da seguinte forma: primeiro uma contextualização histórica discutindo sociedade e infância no Brasil, no contexto das transformações socioeconômicas e políticas ocorridas a partir da década de 1980.

O objetivo dessa seção é mostrar como essas transformações influenciaram as políticas para a educação e para a pós-graduação em Educação no Brasil e, a partir daí, compreender as políticas para a educação infantil e, posteriormente, os estudos sobre a infância, realizados no período.

No final dos anos de 1970 e no início dos anos de 1980 aconteceram vários movimentos sociais em prol da democratização da educação, e de uma ampla defesa dos direitos sociais, sobretudo para uma participação maior da comunidade na gestão da escola. Todavia, vale lembrar que, se na década de 1980 os diferentes setores da sociedade civil se organizaram, por meio de movimentos, em torno dos direitos sociais, na década de 1990 o país conheceu uma nova realidade direcionada pela pressão das agências e das organizações internacionais para os ajustes da economia e para a elaboração de políticas de atendimentos à educação e à infância, de acordo com as diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Por último apresenta-se a quantidade de trabalhos recolhidos no Portal da CAPES e realiza-se uma análise com a produção da escrita sobre a história da infância, do período estudado, que soma um total de 16 trabalhos, para saber qual é a contribuição dessas pesquisas para o estudo da história da infância no Brasil.

Considerando-se os aspectos históricos e metodológicos nos trabalhos pesquisados, busca-se conhecer qual o conceito de infância que fica desses estudos e avalia-se, numa perspectiva qualitativa, a contribuição dessa produção para os estudos da história da infância no Brasil.

A análise dos trabalhos selecionados aconteceu em dois momentos: primeiro considerou os estudos sobre a infância dentro dos aspectos gerais do período; em seguida considerou os estudos a partir dos aspectos históricos e teórico-metodológicos utilizados nas pesquisas. Os resultados apontaram que a mudança de paradigmas e a aproximação da história com outras áreas das ciências humanas e sociais possibilitaram a realização de estudos de um mesmo objeto com diferentes perspectivas teórico-metodológicas, inclusive os estudos históricos sobre a infância, que seguem nessa mesma condição. Em função disso, a compreensão de infância está relacionada com a teoria que se adota como aporte teórico-metodológico para a realização dos estudos, que produzem diferentes concepções de história e também de infância.

Os trabalhos realizados no período constituem uma produção que caracteriza a formação de um novo campo de investigação e proporciona uma relevante contribuição, mas que carece ainda de novas pesquisas para se consolidar como abrangente área do conhecimento.

### **Sociedade e infância no Brasil a partir da década de 1980**

O objetivo desta seção é mostrar como as transformações históricas influenciaram as políticas para a educação e para a pós-graduação em Educação no Brasil e, a partir daí, compreender as políticas para a educação infantil e a quantidade de estudos sobre a infância, realizados no período nos programas de pós-graduação em educação no Brasil.

A preocupação com a infância tem se multiplicado nas últimas décadas, tanto no Brasil, quanto no mundo, demonstrando que a infância hoje faz parte das agendas das organizações internacionais e, também, dos governos nacionais. Esse movimento em prol da infância tem como registro histórico a Convenção Internacional sobre os

Direitos da Criança (1989). Essa convenção é um tratado que visa à proteção das crianças e adolescentes em todo o mundo e foi aprovada pela Resolução nº. 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989.

Tendo em conta que a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial foi enunciada na Declaração de Genebra de 1924 sobre os Direitos da Criança e na Declaração dos Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral em 20 de novembro de 1959, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (em particular nos Artigos 23 e 24), no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (em particular no Artigo 10) e nos estatutos e instrumentos pertinentes das Agências Especializadas e das organizações internacionais que se interessam pelo bem-estar da criança (CONVENÇÃO, 1989).

Num mundo em constantes transformações sociais, sobretudo aquelas oriundas do trabalho, a criança passa também a ser o foco principal das políticas sociais e das políticas educacionais atuais. A criança passa, inclusive, a ser o centro da discussão dos cursos de pedagogia que, atualmente, preparam os profissionais para atuarem também no trabalho educacional com as crianças.

As transformações que ocorrem nas formas de organização econômica da sociedade, nas relações de capital e trabalho, influenciam, também, as formas de organização política, cultural e ideológica. A política é o conjunto dos mecanismos reguladores da totalidade social. Dessa forma, todas as sociedades são políticas e a política está sempre ligada ao modo de produção de cada sociedade.

O avanço das forças produtivas traduz-se por uma diferenciação social, cada vez mais acentuada. A partir da organização e da divisão social do trabalho, estabelecem-se distinções sociais que tomam a forma de desigualdades entre os indivíduos e os grupos. Consequentemente, quanto mais complexas se tornam as relações sociais, mais complexas se tornam as organizações políticas.

Não há separação entre o trabalho e a cultura, nem entre o trabalho e o prazer, mas os humanos procuram explicar o mundo no qual vivem. A maneira pela qual delineiam essa explicação varia de época para época. Assim, as ideias que produzem e as explicações que elaboram do mundo e de si mesmos estão ligadas a sua atividade material e à maneira pela qual se organizam para sobreviver em sociedade, na sua relação com outros seres humanos.

Marx e Engels (1984, p. 36) afirmam que:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc.

A ideia de que a ação docente se torna mais eficiente na medida em que mais se entende a infância redimensiona a formação do professor de maneira que o ensino e a pesquisa não podem faltar nos cursos de educação, nos quais a criança deixa de ser apenas o sujeito da ação do professor para ser, também, objeto de sua reflexão.

Partindo dessa perspectiva, tem-se a compreensão de que a pesquisa é de suma importância para a produção de novos conhecimentos porque é ela que sustenta e atualiza o ensino, neste caso, a formação dos futuros profissionais da educação infantil e fundamental, nas universidades; pois o papel das Universidades é produzir conhecimentos por intermédio da pesquisa e disseminar esse conhecimento por meio do ensino e da extensão, buscando, assim, formar profissionais e lideranças para a sociedade.

No Brasil, no final da década de 1980, pode-se perceber a preocupação com a infância a partir das garantias legais dos direitos que a criança passou a receber na Constituição Federal de 1988 que, no seu artigo 227, estabelece as responsabilidades da família, da so-

cidade e do Estado em assegurar à criança e ao adolescente “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1988).

As garantias apresentadas na Constituição Federal de 1988, juntamente com o movimento internacional que reconheceu os direitos da infância, aprovados pela Convenção sobre os Direitos da Criança (CONVENÇÃO, 1989), asseguraram às crianças e aos adolescentes os direitos supracitados, contidos no artigo 227 da Constituição (BRASIL, 1988), com a nova Lei Federal 8069, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990, nos seus artigos 4º e 5º (BRASIL, 1991).

As conquistas alcançadas na legislação brasileira, desse período, representam um avanço bastante significativo e são resultantes de um processo que se desencadeou a partir da década de 1970 e 1980, em torno das garantias de direitos civis a toda população, inclusive de proteção e atendimento para as crianças menores de seis anos de idade.

Esse período foi marcado pela presença constante de movimentos sociais relacionados com as questões socioeconômicas, políticas, culturais e educacionais. Esses movimentos de lutas sociais estavam presentes na sociedade brasileira a partir dos anos 1960, mas foram se consolidando e se constituindo em torno das mudanças sociais, nas décadas de 1970 e 1980, em forma de lei.

Durante os anos de 1964 a 1985, a política brasileira encontrava-se sob o domínio do Governo Militar, que se caracterizava, particularmente, pela falta de democracia, pela supressão dos direitos constitucionais e pela perseguição política daqueles que eram contra o Regime Militar.

Dentre os movimentos sociais que aconteceram no Brasil, a partir da década de 1980, merece destacar a importância da participação política do povo na luta pela redemocratização do país. Nessa época iniciou-se um processo de reestruturação de grupos políticos

nas lutas pelo Pluripartidarismo, envolvendo a sociedade civil na busca pela volta da democracia.

Merece destaque, também nesse período, a criação do Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública. Esse Fórum da década de 1980 surgiu, inicialmente, para reivindicar um Projeto para a educação como um todo e não apenas para a escola, embora a escola pública fosse o centro principal de suas atuações (GOHN, 2005).

No final da década de 1990, mais precisamente no ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996, retomando os direitos sociais garantidos à infância<sup>1</sup>, pela Constituição Federal de 1988, no Título III: art. 4º item IV, determina o “Atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”. Essa lei inclui a educação infantil como primeira etapa da educação básica (BRASIL, 1996a).

Os avanços conseguidos na legislação em favor da infância, no final da década de 1990, influenciaram pesquisas nas mais variadas áreas nos diferentes programas de pós-graduação no Brasil, sobretudo na educação. Nessa perspectiva, muitas pesquisas foram desencadeadas, na área da educação, no sentido de se estabelecer um novo paradigma nas concepções de infância e de educação.

As professoras Acácia Zeneida Kuenzer e Maria Célia Marcondes de Moraes escrevem sobre as mudanças induzidas pela avaliação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de 1996/1997, que passa a priorizar a atividade de pesquisa e a formação de pesquisadores nos programas de pós-graduação (KUENZER; MORAES, 2005).

Essas professoras tratam também de questões teórico-metodológicas e dos desafios que se põem para a pesquisa em educação na pós-graduação do Brasil. Conforme elas registram, um dos

---

<sup>1</sup> O Art. 6º da Constituição Federal de 1988 reza que “São direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição” (BRASIL, 1988).

aspectos que ganha destaque na atualidade é o recuo da teoria na área da educação e também em outras áreas das ciências humanas e sociais.

Elas alertam para o fato de que a comemoração do “fim da teoria” se relaciona a certa utopia educacional que se pode perceber nos critérios que direcionam “a elaboração das prioridades educativas nas políticas de formação, a elaboração de currículos, a organização escolar, a definição de parâmetros de pós-graduação” (KUENZER; MORAES, 2005, p. 1352).

Conforme escrevem essas professoras, o saber fazer, utopia voltada para a prática e a funcionalidade, nivela o mundo e reduz o conhecimento à experiência sensível e ao imediato. Dessa forma, a pesquisa educacional é privada da capacidade de compreensão dos fenômenos sociais e transforma-se em simples descrições das muitas faces do cotidiano da escola.

Essas autoras afirmam, então, que a teoria não pode abandonar o seu papel fundamental na pesquisa, tendo em vista que, em um mundo cada vez mais complexo, teorizar é cada vez mais importante para compreender-se a prática. Para elas, o método para a produção do conhecimento é uma forma de pensamento que parte de um nível superficial de representação do real para chegar a formulações conceituais cada vez mais abstratas.

Na concepção dessas autoras, o pensamento chega a um conhecimento projetado para novas descobertas e não há outro caminho para a produção do conhecimento, senão aquele que parte do pensamento reduzido com o objetivo de inseri-lo na totalidade para compreendê-lo, aprofundá-lo e concretizá-lo e tomá-lo novamente como ponto de partida para a compreensão de novos problemas. Esse exercício, entretanto, requer rigor teórico e clareza metodológica.

Essas ideias encontram respaldo na opinião do professor Newton Duarte que escreveu sobre a produção de novos conhecimentos e a formação do pesquisador no Brasil. Em seu texto *A Pesquisa e a formação de intelectuais críticos na Pós-Graduação em Educação*, esse professor realiza uma análise crítica das condições nas quais

---

ocorre a formação da intelectualidade da educação brasileira em tempos de desvalorização do conhecimento (DUARTE, 2006, p. 89).

Para esse professor, considerando-se que a pós-graduação *stricto sensu* forma pesquisadores em todas as áreas do conhecimento e que é, portanto, uma das áreas mais importantes da intelectualidade de um país, seria interessante perguntar sobre o perfil desse intelectual que está se formando atualmente nos programas de Mestrado e Doutorado e também se pensar em qual seria o perfil ideal desse profissional.

O professor Newton Duarte escreve que os mecanismos de avaliação dos programas de pós-graduação utilizados pela CAPES, somados à ideologia pós-moderna e neoliberal subordinam a formação de mestres e doutores em educação às demandas do mercado ou do modelo acadêmico em voga, pois ele entende que os estilos acadêmicos também representam os interesses de mercado “[...] na venda de livros, de cursos, de palestras e de tantas outras mercadorias consumidas pelos educadores e pelas instituições educacionais” (DUARTE, 2006, p. 90).

A professora e pesquisadora Alda Judith Alves-Mazzotti (2001), da Universidade Estácio de Sá, também discute, na mesma perspectiva, a relevância e a aplicabilidade das pesquisas em educação no Brasil. Um dos itens por ela apontado, no que se refere às deficiências encontradas nas pesquisas, é a pobreza teórico-metodológica na abordagem dos temas, com grande número de estudos descritivos e pouco analíticos, além de uma adoção acrítica na seleção de quadros teórico-metodológicos.

Sob as proposições do professor Newton Duarte, tem-se a ideia de que na pesquisa em educação está acontecendo um processo de afastamento da teoria e que esse processo é produzido por vários fatores, principalmente pela mutação dos conceitos, que antes tinham conteúdo crítico que caracterizavam os embates entre as classes sociais e que agora estão “[...] submissos a uma ideologia que fetichiza as diferenças numa sociedade civil apaziguada, sem luta de classes e sem projeto político de superação do capitalismo”. Segundo ele, a

sociedade burguesa organiza e prepara os intelectuais de acordo com as necessidades de reprodução material e espiritual de cada período (DUARTE, 2006, p. 90).

Ele também destaca em seu texto que a formação recebida pelo intelectual, formado nos cursos de licenciatura e nos programas de pós-graduação em educação, está ligada ao sistema escolar, pois os mestres e os doutores pesquisam sobre a educação do país. Destaca-se, assim, a importância da relação que deveria existir entre a produção do conhecimento na pós-graduação e a universalização do conhecimento, por intermédio do sistema educacional (DUARTE, 2006, p. 93).

Esse autor explica que, para que isso ocorra, entretanto, é preciso que os intelectuais que estudam nesses programas, além de adotarem as teorias críticas, desenvolvam concomitantemente teorias educacionais capazes de definir o trabalho do educador e do pesquisador em educação, buscando, assim, a elevação do nível cultural de toda a população. Conforme ele escreve,

O conhecimento que o intelectual adquiriu em sua formação, e para cujo desenvolvimento ele pretende contribuir com sua atividade de pesquisador, deve estar internamente articulado à crítica dos processos sociais de apropriação privada do conhecimento. Nessa direção, a formação do intelectual crítico não dispensa o auxílio de uma teoria crítica. Não existe nenhum tipo de pensamento crítico em abstrato, isto é, desprovido de conteúdo (DUARTE, 2006, p. 94).

Ele concebe como teorias críticas em educação aquelas que partem da premissa de que a sociedade atual está organizada sobre as relações de dominação de uma classe sobre a outra e de grupos sociais sobre outros. Essas teorias devem pregar a necessidade de superação desse modelo de sociedade, além de entender a contribuição da educação para a reprodução dessas relações de dominação (DUARTE, 2006).

Em geral, os estudos relacionados à infância estão sempre vinculados à sociedade, à família, à educação e à escola. Para compre-

ender a infância, portanto, é necessário entender as transformações pelas quais a sociedade está passando, para apreender as ideias que são produzidas acerca da criança e da educação desse período.

Vale destacar ainda que, a partir da década de 1980, no Brasil, com a influência da Nova História<sup>2</sup>, foram introduzidas nas pesquisas históricas novas metodologias que influenciaram, também, as novas formas de pesquisar a história da educação. Conseqüentemente, o uso dessas novas metodologias, nas pesquisas educacionais, influenciou, sobretudo, os estudos históricos sobre a criança.

### **Os estudos sobre infância na Pós-Graduação em Educação no Brasil de 1987 a 2005: questões históricas e metodológicas**

Esta seção estuda a infância numa perspectiva histórica e tem como objeto específico de análise as pesquisas que discutem o conceito ou a história da infância nas dissertações e teses produzidas nos programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, no período de 1987 a 2005.

O objetivo é verificar qual é a metodologia utilizada nos estudos históricos que discutem o conceito ou a história da infância e qual a contribuição dessa produção para os estudos da história da infância no Brasil. Tomam-se como base, nessa discussão, duas categorias a serem compreendidas – história e infância – a partir das

---

<sup>2</sup> A Nova História originou-se a partir de um movimento ocorrido na França, denominado Escola dos *Annales* (1929-1989). A obra do historiador inglês Peter Burke (1997) propõe para o leitor os elementos necessários para a compreensão desse movimento intelectual associado à revista francesa *Annales*.

Ver também a esse respeito a obra do escritor francês François Dosse (2003) denominada “A história em migalhas: dos *Annales* à Nova História”, escrita em 1987, que contrariamente ao pensamento de BURKE (1997), realiza uma discussão crítica sobre a origem e a evolução dos *Annales* até, segundo ele, culminar em uma história fragmentada, uma história em migalhas.

metodologias utilizadas pelos pesquisadores, para a realização de suas dissertações ou teses.

Justifica-se o recorte temporal do estudo o fato de que esse período representa um marco nas transformações socioeconômicas e políticas no Brasil e no mundo, com a promulgação das leis em defesa da infância, discutidas na seção anterior, e um aumento significativo de pesquisas nos programas de pós-graduação em educação no Brasil. Portanto, isso implica numa nova forma de percepção sobre a criança, criando-se, assim, um novo paradigma de infância e de educação da criança pequena.

O portal da CAPES disponibiliza, atualmente, por meio de resumos, os resultados obtidos nos programas de Pós-Graduação no Brasil, nas diferentes áreas do conhecimento. Dessa forma, buscou-se, por meio de um levantamento quantitativo, conhecer o número de trabalhos produzidos sobre a infância no período de 1987 a 2005. Optou-se, nesta pesquisa, por estudar aproximadamente duas décadas, considerando-se o período inicial como importante marco para as mudanças na forma de organização social. Do ponto de vista metodológico, parte-se do pressuposto de que as transformações pelas quais a criança vem passando na atualidade poderão ser mais compreendidas se forem relacionadas com as transformações ocorridas no Brasil, a partir da década de 1980. Com relação ao recorte temporal do período final, novos estudos estão sendo realizados e contemplarão uma década subsequente que compreende o período de 2006 a 2016. Os resultados finais desses novos estudos serão divulgados na sequência, possibilitando conhecer as contribuições das pesquisas posteriores para a história da infância no Brasil.

Entende-se, então, que é importante estudar a criança dentro de um contexto histórico, a partir das transformações sociais de um período determinado, para entendê-la na sua totalidade; pois, em geral, estuda-se a criança de maneira focalizada, em questões microsociais ligadas ao seu cotidiano, tentando encontrar soluções imediatas para os seus problemas, sem considerá-la como um ser social e fruto das transformações sociais decorrentes de sua época.

São esses os desafios que se põem para os pesquisadores em educação nos cursos de pós-graduação: compreender a infância dentro de um contexto socioeconômico e político, considerando-a como parte de um processo histórico e social, fruto do meio no qual a criança se encontra inserida.

As informações apresentadas anteriormente mostraram que o final dos anos de 1970 e o início dos anos 1980 foram marcados pela luta da sociedade civil em favor da democratização da educação, de uma ampla defesa dos direitos sociais, sobretudo da educação, e de uma participação maior da comunidade na gestão da escola.

A Constituição Federal de 1988 consolidou várias reivindicações presentes nas pautas dos movimentos que emergiram nesse período, depois da queda do regime militar no Brasil. Porém, nos anos de 1990, o país entrou em uma época de reformas que significavam um processo de desconstrução da agenda social, obtida por meio da Constituição.

A partir dessa década, buscou-se desobrigar o Estado dos compromissos sociais firmados e o engajamento do país à nova ordem do capitalismo mundial, para torná-lo capaz de competir na lógica do livre mercado. Para isso, foram adotadas as políticas de corte neoliberal que ainda podem ser observadas nos primeiros anos de mandato do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se iniciou a partir de 2003. Todavia, é importante lembrar alguns fatores relevantes que nos ajudam a compreender as pesquisas educacionais sobre a infância, realizadas no período, que são as leis que foram promulgadas na década de 1990, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996.

Essas leis, somadas aos investimentos, ao aumento significativo da criação de novos programas e à abertura de novas vagas nos cursos de pós-graduação no Brasil, possibilitaram um aumento significativo das pesquisas sobre a infância, a partir do final da década de 1990, em diferentes áreas e programas como: Antropologia, Ciências Sociais, Educação, Educação Física, Enfermagem, Letras, Lin-

guística, Literatura, Medicina, Psicologia, Serviço Social, dentre outras, em especial nos programas de pós-graduação em educação.

Apresenta-se, a seguir, a quantidade de trabalhos produzidos ano a ano e encontrados no portal da CAPES, nos diferentes programas e nos Programas de pós-graduação em Educação. O objetivo é verificar quais desses trabalhos discutem o conceito de infância ou a história da infância.

Quadro 1 - Quantidade de trabalhos por ano.

Fonte: Dados recolhidos do Portal da CAPES em 2008 e 2009.

Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw>.

<b>Ano 1987/2005</b>	<b>Todos os programas (2.453 trabalhos encontrados)</b>	<b>Educação (412 trabalhos recolhidos)</b>
1987	14	1
1988	15	1
1989	16	1
1990	35	1
1991	29	0
1992	44	4
1993	44	3
1994	38	9
1995	66	6
1996	91	4
1997	101	19
1998	124	21
1999	152	16
2000	161	25
2001	218	49
2002	277	41
2003	309	53
2004	319	75
2005	400	82

Os resultados obtidos durante a pesquisa, sobre os números levantados, apontaram um avanço significativo dessa produção; pois

em 1987 a proporção era de quatorze trabalhos que discutiam a infância nos diferentes programas de pós-graduação no Brasil, sendo um em educação; em 2005, o número de trabalhos sobre infância, nos diferentes programas, chega a 400 e em educação, 82.

Percebe-se, portanto, que o aumento gradativo dos estudos sobre essa temática, nos diferentes programas de pós-graduação, também pode ser notado na área da educação que, em especial, a partir do final da década de 1990, apresenta um avanço bastante expressivo para a quantidade de trabalhos realizados nos programas de pós-graduação em educação no Brasil, conforme classificação no quadro que se segue:

Quadro 2 - trabalhos organizados por temas das pesquisas.  
Fonte: Dados recolhidos do Portal da CAPES em 2008 e 2009.  
Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw>.

<b>Temas</b>	<b>Quantidade</b>
Conceito de infância ou história da infância	16
Filósofos ou pensadores da infância	21
Educação da infância	272
Formação docente	20
Educação de crianças de rua ou menores infratores	46
Experiência de educadores e educandos na infância	37
<b>Total</b>	<b>412</b>

Por último realiza-se uma análise com a produção da escrita sobre a história da infância, do período estudado, que soma um total de 16 trabalhos, para saber qual é a contribuição dessas pesquisas para o estudo da história da infância no Brasil. Considerando-se os aspectos históricos e metodológicos, busca-se conhecer qual o conceito de infância que fica desses estudos e avalia-se, numa perspectiva qualitativa, a contribuição dessa produção para os estudos da história da infância no Brasil.

Nem todos os resumos coletados e separados sobre o conceito ou a história da infância apresentaram elementos suficientes para a

visualização clara do referencial teórico adotado para os estudos sobre a infância. Por conseguinte, elencamos os autores e as teorias que aparecem com maior clareza em alguns resumos e buscamos encontrar os trabalhos na íntegra.

Dos 16 (dezesesseis) resumos separados sobre a temática em questão, foi possível encontrar 8 (oito) textos completos que, a partir de então, nos permitiram retirar deles informações mais apuradas e afirmar, com mais clareza, o conceito de infância produzido por essas pesquisas, como, também, destacar a sua contribuição para os estudos da história da infância no Brasil.

Oliveira (1989, p. 8-9), ao discutir o tema “infância e historicidade”, em sua tese de doutorado, entende a criança como parte que constitui o tecido social e, por essa razão, aparece em todos os tempos. Sua análise toma como base de discussão algumas categorias da dialética marxista, como a contradição, a totalidade e a historicidade, para auxiliá-la no eixo da sua discussão, que é compreender a criança como ser social.

Merece destaque, nesse trabalho realizado pela autora, a discussão apresentada sobre a temática que trata a infância como categoria histórica. Nessa discussão, há a possibilidade de visualizarem-se as categorias da dialética marxista, propostas como eixo de discussão para a compreensão de infância e historicidade.

Ela escreve que se deve considerar a natureza social do homem, assim como a natureza social da criança, pensando-a na sua relação com a sociedade, em contato com os bens e com os valores que são socialmente produzidos, para a realização tanto da criança que a sociedade quer, quanto da sociedade almejada pelo novo homem. Essa compreensão de infância entende a criança como posta nas relações sociais mais amplas, sujeito específico e especificado por essas relações. Em seus estudos, defende a infância como condição social e histórica. Explica as crianças vivendo em sociedades com determinado nível de desenvolvimento e, portanto, como fruto das sociedades de classes e das relações materiais que os homens estabelecem entre si para a produção e a reprodução de sua existência.

O estudo realizado por essa pesquisadora, tomando por base as categorias da dialética marxista, constitui-se como importante instrumento para a compreensão da infância dentro de um contexto social, historicamente determinado pelas relações materiais de produção da vida humana. Mostra a infância como fenômeno histórico e esclarece como a criança se constituiu, ao longo da história, como sujeito que tem força e abrangência nas relações sociais.

Gómez (1994), em sua dissertação de mestrado, estudou “A prática histórica no processo de constituição de diferentes concepções de infância”. Essa autora apresenta dois momentos na história, nos quais podem ser registradas possíveis compreensões de infância.

Conforme ela entende, o primeiro momento se situa desde os primórdios da civilização até o fim da modernidade, onde parece existir uma indeterminação da categoria “criança”, tendo em vista a forma como esta era tratada e, portanto, compreendida dentro do contexto social, no qual se encontrava inserida. Entretanto, após o período que representa o final da modernidade, essa condição muda e passa a consolidar e a determinar princípios e formas mais elaboradas de organizar a educação da criança, dando origem às grandes correntes pedagógicas, que sintetizam as maneiras de formar a criança de acordo com a concepção de homem nelas incorporadas, estabelecendo-se assim uma nova concepção de criança.

Ela explica que, em seu trabalho de dissertação foram consultadas fontes secundárias que discutiram temas inerentes à vida da criança no decorrer da história. Segundo ela escreve, a contextualização do trabalho foi subsidiada pelas leituras de Marx (1973) a partir do texto Introdução Geral à Crítica da Economia Política; Ponce (1983) - Educação e Luta de Classes; Manacorda (1987) - História da Educação; Enguita (1989) - A Face Oculta da Escola: educação e trabalho no capitalismo e Luzuriaga (1990) - História da Educação e da Pedagogia.

Para essa autora, historicamente não é possível discutir a infância sem falar na atuação do homem sobre a natureza e sobre a produção da sua própria vida material. As ações executadas pelos

homens, na forma de organização da vida em sociedade, possibilitaram a formulação de concepções sobre o mundo, sobre eles mesmos e sobre a maneira de direcionar a educação da criança com os modelos sociais existentes, em cada momento histórico.

Ao organizar-se em sociedade, o homem demarcou suas relações, permitindo ou impondo, de acordo com os seus interesses ou com as suas necessidades, uma divisão sociopolítica favorecida pela passagem do saber comum ao saber especializado. O Saber comum era oriundo da própria prática social da comunidade. Numa sociedade tribal, no entanto, não havia disputa pelo poder, predominando as diferenças de sexo e do período de vida de cada pessoa.

Finalizando seu estudo, ela conclui que as diferentes concepções de infância apareceram a partir do período no qual o homem começou a dividir-se. Surgiram, então, várias divisões como a socioeconômica, a sexual, a cultural, dentre outras.

Em sua visão, o aparecimento da educação escolar foi um dos fatores que representou uma desvantagem para as crianças desprovidas dessa possibilidade, ou seja, daquelas crianças que não tiveram acesso às instituições educacionais. A partir de então, desenvolveram-se as mais variadas formas em diferentes épocas, que levaram à separação, à organização do comportamento e à orientação das crianças.

Essa pesquisadora discutiu, em uma perspectiva materialista histórica, a produção da infância junto com a atuação do homem sobre a natureza e com a produção de sua própria existência. Foram as necessidades geradas na forma de organização da vida em sociedade que possibilitaram a inserção da educação da criança, em diferentes momentos da história. Por conseguinte, seus estudos auxiliam na compreensão de que a infância, assim como a educação da criança, está imbricada com a produção e a reprodução da existência humana no decorrer da história.

Tomando por base as formas de organização da sociedade capitalista, a partir das relações de capital e trabalho, Araújo (1994) discute em sua dissertação os efeitos massificadores do capital sobre

a criança da classe trabalhadora, discorrendo sobre a gênese do processo de alienação da natureza humana, a partir da perspectiva materialista histórica e dialética. Sua dissertação foi publicada com o mesmo título pela Editora da Universidade Federal do Espírito Santo (Edufes), no ano de 1996.

Conforme ela entende, a trama da sociedade capitalista produz uma cultura negadora da infância, mascarando a condição da criança da classe trabalhadora, como sujeito nas relações sociais, produzindo generalizações sobre o lúdico que, segundo ela, possibilitaria a passagem da criança do “reino da necessidade ao reino da liberdade” (ARAÚJO, 1994).

Por essa razão, ela esclarece que as questões discutidas em seu trabalho buscam denunciar a expropriação da criança como sujeito nas relações sociais, em uma sociedade sustentada pela divisão do trabalho, pelo consumo e pelo modo de produção capitalista. Para ela, é necessário criar um estado de vida que supere as necessidades e que se configure na liberdade e na conquista do desenvolvimento das forças humanas e espirituais.

Essa autora explica que a ideologia dominante exerce suas forças na sociedade, perpetuando ideias, valores e normas que impedem o homem de avançar para além dos reinos de suas necessidades, então escreve que da mesma forma

[...] que a ideologia tem procurado ampliar seu campo de ação em direção à criação de seres expropriados de sua essência humana, ela introduz uma concepção de criança com inúmeros elementos conceituais que transferem a lógica capitalista do patrão em relação ao empregado à lógica do adulto em relação à criança (ARAÚJO, 1994, p. 27).

Nessa perspectiva, o que se pode perceber é que, para a ideologia dominante da sociedade capitalista, a criança da classe trabalhadora é considerada como um ser produtivo para o trabalho e, sobretudo, como mão de obra barata, não sendo tratada, portanto, como infante.

A autora explica que a expropriação da criança tem suas raízes nas relações capitalistas, que institui uma imagem de criança para mascarar os conflitos e as contradições que perpassam o universo infantil. Dependendo da condição de classe social, a sociedade procura inculcar um conceito de criança que atenda aos padrões determinados pela burguesia, com a ideia disfarçada de repassar para a criança o ideário capitalista, iniciado a partir da divisão social do trabalho.

Os estudos apresentados por essa autora constituem-se em importante reflexão sobre a criança porque, diferentemente de outras vertentes que têm a infância como objeto de discussão, ela toma a infância como foco de análise em uma perspectiva dialética e tenta romper com os padrões das vertentes que seguem o modelo da criança burguesa.

Mostra, dessa maneira, com as categorias marxistas, as contradições sociais e explica como a sociedade burguesa cria uma ideologia massificadora para alienar a criança da classe trabalhadora e mantê-la dentro dos padrões necessários para a reprodução do capital e da hegemonia capitalista.

A partir de um estudo que toma por base a análise foucaultiana, Corazza (1998) discute em sua tese de doutorado a “História da infantilidade”, resgatando em diferentes períodos históricos, como o ocidente concebeu a criança e, conseqüentemente, a infância, pregando, segunda ela, um fim de infância inequívoco. Sua tese foi transformada em livro e publicada sob o título de “História da infância sem fim”, pela Editora Unijuí, pela primeira vez em 2000, e a segunda edição que utilizamos neste trabalho foi publicada pela mesma editora no ano de 2004.

Ela escreve que a ideia de uma infância que vem se perdendo, sendo negada, roubada ou vitimada, na qual as crianças são tratadas, cada vez mais, como se fossem adultas, transformou-se em objeto de questionamentos e elemento de reflexão, de problemas de ordem social e moral.

Essa autora questiona, então, como e por que pode ser enunciado o fim da infância, justamente em um período no qual as forças políticas estão empenhadas em apregoar uma infância sem fim. Quais as práticas discursivas e não discursivas, que políticas de infância e identidade infantil são proferidas, que justificam nesta época a escolarização da criança e que as protegem de um final de infância?

Segundo ela, essas dúvidas buscam mostrar muito menos que o infantil não está desmedido, não está irregular – que não está acabando, que nada está ocorrendo que mereça maior atenção, que as crianças continuam da maneira como sempre foram – do que explicar a identidade infantil a partir de uma nova economia de “poder-saber-verdade” no interior das sociedades contemporâneas.

O trabalho realizado por essa autora, baseado na perspectiva foucaultiana de análise, constitui-se em um grande feito que apresenta um estudo aprofundado de várias fontes que se entrecruzam em diferentes períodos históricos. Como resultado dessa análise, seu estudo afirma a necessidade discursiva na constituição de uma história da infância sem fim, para que o humano não desapareça como sujeito na modernidade.

Franco (2001) questiona em sua dissertação de mestrado sobre o “Desaparecimento ou uma nova conformação da infância?” Dialogando com vários autores e, sobretudo, com o autor norteamericano Neil Postman, que discute o desaparecimento da infância, depois da segunda metade do século XX, essa pesquisadora realiza um trabalho que tenta evidenciar que a infância não está desaparecendo, mas o que existe hoje é uma nova conformação da infância.

Então, ela postula que, para Postman (1999), a infância é um artefato social e, segundo ele, somente durante o primeiro ano de vida é que ela pode ser vista como uma categoria biológica. Para esse autor, a infância é uma grande invenção do Renascimento, talvez a mais humanitária, que surgiu por volta do século XVI, como estrutura social e como condição sociológica.

Retomando os postulados de Postman (1999), ela afirma que, para esse autor, a tipografia foi a grande responsável pela separação entre o adulto leitor e a criança não leitora, provocando uma grande explosão de conhecimento. Contudo esse autor mostra uma nova configuração das etapas da vida. Mostra que existe atualmente uma aproximação, cada vez maior, dos hábitos das crianças em relação aos mesmos hábitos dos adultos e um possível desaparecimento da infância.

Então questiona: o que vem a ser o conceito de infância?

Se o conceito é histórico, parece-me óbvio que, em cada época, possa existir uma ideia sobre a criança e a infância. O fato de não haver diferenciação da criança e do adulto não deixa de ser uma descaracterização do que é uma criança? Hoje, vivemos os dois extremos. A infância em destaque, porque nunca se falou tanto em direitos da criança, mas também vivemos situações de descaso e violência infantil por demais marcantes numa sociedade que vive o alvorecer do século XXI. É angustiante pensar que, hoje, ainda muito pouco se faz pela criança. A declaração dos direitos da criança, em 1959, procura resgatar e fazer cumprir os direitos das crianças. A última Convenção Internacional sobre Direitos da Infância (1989) discute os diferentes compromissos que a sociedade deveria assumir com respeito à infância (FRANCO, 2001, p. 30).

Ela afirma que a maneira como está se mostrando a criança por intermédio da mídia, hoje, é assustadora, mas não precisamos ver televisão ou ver as imagens nas fotografias para percebermos como a condição de algumas crianças é angustiante. Para isso, basta olharmos nas ruas, nas calçadas ou nas esquinas das grandes cidades.

Da discussão apresentada por essa pesquisadora, fica a ideia de que o que existe, na verdade, não são mudanças sobre as crianças, mas sim mudanças das metáforas sobre o “ser infantil”. É isso que caracteriza uma nova ideia de infância e, sobretudo, uma nova configuração sobre o comportamento da criança, confirmando que a infância muda, mas não desaparece.

Bujes (2001), em sua tese de doutorado denominada “Infância e Maquinarias”, examina as relações entre infância e poder, procurando explicar, a partir do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, os dispositivos de governamento da infância, construídos pela racionalidade governamental moderna. Esse trabalho foi publicado em livro pela DP&A Editora em 2002.

Baseando-se na perspectiva foucaultiana da análise discursiva, essa pesquisadora esclarece que os significados sobre o que é ser criança são produzidos por intermédio dos discursos que são enunciados sobre a criança, fabricando o sujeito infantil na Modernidade.

A partir das mudanças na sociedade e na família, segundo a pesquisadora, instauraram-se e se firmaram as instituições educacionais modernas, sobretudo aquelas destinadas à educação da criança pequena, desde a sua mais tenra idade. A infância passou a despertar interesses e constituiu um novo campo sobre o qual se tinha vontade de saber. Tornou-se assim um novo objeto a partir do olhar do Estado, bem como de um olhar científico, moral, religioso e familiar.

Desde então, esses muitos olhares passaram a descrever a infância em diferentes áreas, como a Pedagogia, a Medicina, a Psicologia, dentre outras. Esses diferentes olhares, que espalham os saberes sobre a criança, parecem ser aqueles cujos efeitos são os mais divulgados e que estão autorizados a fazê-lo. É possível observar a abrangência dos discursos produzidos por essas áreas e os efeitos que eles causam na legislação, em relação à educação e aos direitos da infância, como, também, nas famílias e nas práticas escolares.

Na segunda parte de seu texto, a partir da análise do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, ela afirma:

Ao tomar a proposição do RCN como um caso exemplar, meu objetivo é o de apontar o seu caráter instrumental e técnico – como um dos tantos meios inventados para governar os seres humanos, visando, neste caso específico, moldar e modelar as condutas infantis. O que farei, ao longo deste capítulo, será enfatizar os modos de operar de um

---

conjunto de tecnologias que toma as crianças como seu objeto (BUJES, 2001, p. 174).

Ao explicar a constituição do sujeito proposta pelo RCNEI, essa pesquisadora afirma que é necessário compreender as diferentes maneiras de tornar-se sujeito. Ela postula que é preciso estudar os discursos e as práticas sociais que, no decorrer da história, deram origem a esse processo.

Para finalizar seu texto, ela afirma que um referencial curricular como o RCNEI se constitui como um mapa para demarcar territórios mentais, como forma de entender o mundo, mas para ordenar esse mundo. Esse referencial surge da “[...] necessidade moderna de classificar, categorizar, enquadrar e excluir” (BUJES, 2001, p. 295).

O estudo realizado por essa pesquisadora evidencia um importante trabalho de análise do Referencial para a educação da infância brasileira que, numa perspectiva foucaultiana, mostrou como os mecanismos de controle e poder se estabelecem, por meio de discursos, na constituição e no governo da subjetividade infantil, na sociedade contemporânea.

Furlan (2003, p. 07), em seu trabalho de mestrado, discute “A construção do ‘ser criança na sociedade capitalista’”. Ela explica nesse trabalho a necessidade de analisar a concepção de infância como categoria histórica e não mais como categoria biológica. Conforme ela entende: “O conceito de infância reflete as variações da cultura humana e as transformações histórico-sociais, assumindo marcas bem definidas em cada época”.

Merecem destaque em seu trabalho os momentos de reflexões, a partir dos quais ela toma a infância como categoria histórica, a criança nas relações familiares e a criança na sociedade contemporânea. No primeiro momento ela destaca que “[...] a infância modificou-se acompanhando as transformações do sistema econômico, político, social e cultural vigente em cada período da história”. Com essa ideia ela defende que a infância não é uma categoria natural, mas sim uma categoria histórica e cultural (Furlan, 2003, p. 11).

Ela destaca a função da família burguesa na educação das crianças e na atribuição dos papéis sociais que caminham juntos na manutenção de uma ideologia que tende a privilegiar a privacidade, a domesticidade e a supervalorizar as emoções internas, para formar um cidadão autodisciplinado.

Dessa maneira, a família burguesa acaba se constituindo socialmente como o modelo familiar a ser seguido por outras classes, difundindo ideologicamente essa nova forma de organização familiar para as demais classes sociais, que acabam aceitando e reproduzindo sua ideologia. É esse o modelo referido às crianças, principalmente nas instituições escolares.

Todavia há que se considerar a criança, ainda, sob outra perspectiva, que é a sua relação com o trabalho. A partir das mudanças ocorridas no sistema produtivo e no mundo do trabalho, com a revolução tecnológica do século XXI, no campo da comunicação, aconteceram mudanças no comportamento social, em especial na família, que passa por grandes alterações. São essas transformações que aproximam novamente a criança e o adulto, e a criança passa a ter liberdade para escolher, para consumir e comprar.

São essas questões que, segundo a pesquisadora, levam à necessidade de pensar a infância dentro de um contexto social, ou seja, a criança “[...] como um ser histórico que constrói e reconstrói a história e que participa ativamente dessa conjuntura social e econômica” (Furlan, 2003, p. 84).

Ao tomar como base as transformações sociais, sobretudo aquelas oriundas do mundo do trabalho, essa pesquisadora, em seus estudos, realizou uma importante discussão que leva a uma reflexão sobre a criança e o seu comportamento, enquanto sujeito nas relações sociais mais amplas da sociedade capitalista.

Stimamiglio (2005), utilizando a História Oral e baseando-se, fundamentalmente, nas orientações da metodologia proposta por *Thompson* como fonte teórica para a elaboração de sua pesquisa, investiu, durante sua instância no mestrado, a maneira como se

constituíram as infâncias, na primeira metade do século XX, na cidade de Antônio Prado, no Estado do Rio Grande do Sul.

Seu trabalho, intitulado “Lembranças de infância: narrativas entrelaçando espaços-tempos na cidade de Antônio Prado”, realiza uma investigação com dezoito informantes que, por meio de entrevistas semiestruturadas, relataram suas experiências de infância, durante os primeiros sessenta anos do século XX, período no qual viveram nessa cidade.

Ela explica que buscar as lembranças da infância, por intermédio de narrativas, abre a possibilidade de uma reflexão sobre a própria vida e possibilita o entendimento da história local, do movimento e da transformação da cidade. Em função disso, justifica sua pesquisa na perspectiva metodológica de trabalho com a História Oral.

Ela escreve que a ideia de infância como uma construção social está relacionada ao início da modernidade e das instituições escolares que passaram a ser responsabilidade do Estado. Aponta que, a partir desse período, ocorre uma modificação na forma de organização das sociedades e na constituição de novos saberes que influenciaram a família sobre os modos de cuidar e educar a criança. Além disso, os avanços na medicina e na psicologia, em relação à infância, são bastante consideráveis e passam a criar novos conceitos e a influenciar a educação das crianças.

Para finalizar seu trabalho, ela afirma que sua pesquisa analisou as infâncias. Conforme designa o próprio termo, por ela utilizado, existe uma pluralidade de infâncias que estão associadas às condições estruturais da sociedade e, em função disso, possibilitam diversas experiências.

Embora reconstituindo apenas os elementos da História Regional, por intermédio da metodologia proposta pela História Oral, essa pesquisadora realizou um trabalho que buscou a reconstituição da história por meio das experiências vivenciadas pelos seus informantes durante suas infâncias. Destacou, dessa maneira, a contribuição das vivências e das experiências infantis para a reconstrução

da história e para uma visão diferenciada de educação fora dos limites da escola.

A partir da leitura desses textos, foi possível perceber que os estudos históricos sobre a infância seguem as mesmas perspectivas teórico-metodológicas que os estudos históricos em educação, porque, em geral, encontram-se vinculados aos grupos de estudos que pesquisam as questões histórico-educacionais. Dessa forma, a utilização de metodologias distintas, ainda que assumam uma visão sócio-histórica, possibilita uma compreensão de história e de infância em consonância com a concepção teórico-metodológica adotada.

Essas pesquisas, embora elaboradas a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas – materialismo histórico e dialético; história das mentalidades; análise do discurso; crítica da cultura e da comunicação; história oral –, trazem uma importante contribuição para a área dos estudos sobre a história da infância no Brasil, porque produzem uma compreensão histórica com relação à inserção da vida das crianças na sociedade. Além disso, elas ajudam na elucidação das propostas educacionais, sobretudo daquelas destinadas à educação da criança pequena na atualidade.

Todavia há que se considerar que, dentro da totalidade de trabalhos encontrados no período investigado, apenas 16 discutem a história da infância no Brasil. Isso significa que as discussões históricas sobre a infância, embora tragam contribuições importantes para a educação e para o ensino, ainda carecem de novas pesquisas e de novas contribuições, para que possam se fortalecer como importante área de conhecimento.

As discussões realizadas sobre a infância, nesse período, caracterizam a preocupação de muitas áreas do conhecimento e, também, dos diferentes profissionais e pesquisadores que passaram a realizar estudos sobre a infância com abordagens diversificadas. Isso explica a formação de uma nova área de estudos definida como sociologia da infância, que passa a entender a criança com valor em si mesma e não mais como uma promessa para o futuro.

O conceito de infância discutido nessas dissertações e teses, a partir de uma concepção histórica e sociológica, considerando-se a sociologia da infância criada no período, possibilitou a compreensão dos estudos sobre a criança. Esses estudos promoveram uma mudança na noção que se tinha, até então, de que a criança era totalmente dominada e dependente do adulto, passando, agora, a tratá-la como sujeito nas relações sociais, como produtora de história e de cultura.

Vale lembrar, portanto, que a história tem implicações significativas para a formação do professor, sob o ponto de vista da relação entre teoria e prática. Ainda que as pesquisas na área da história da infância tenham acontecido, não se promoveu, totalmente, no âmbito da formação dos professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, a compreensão da infância em uma perspectiva histórica.

### **Considerações finais**

Este estudo não esgota todas as possibilidades de compreensão da produção da escrita sobre a infância na pós-graduação em educação no Brasil, por meio das dissertações e teses encontradas no período de 1987 a 2005. Vale lembrar, portanto, que as discussões realizadas no estudo cumpriram o propósito de verificar, a partir dessa produção, qual o referencial teórico-metodológico utilizado pelos pesquisadores, nos trabalhos que historicizam a infância, para entender qual é o conceito que fica sobre a infância, nesse período, e qual a contribuição desses escritos para os estudos da história da infância no Brasil.

O interesse em entender os estudos sobre a infância na pós-graduação em educação no Brasil nos remeteu à realização de uma contextualização histórica contemplando as transformações ocorridas na economia e na política, a partir do final do século XX. Partiu-se do pressuposto de que a infância, assim como a educação, deve

ser compreendida dentro de um contexto socioeconômico e político, a partir do qual os seres humanos estabelecem entre si as relações de produção e de reprodução da sua própria existência.

A partir das últimas décadas do século XX, a infância enquanto categoria de análise representa um vasto universo a ser conhecido. As possibilidades de estudos sobre essa temática, nas diferentes áreas do conhecimento, são resultado de uma preocupação com a criança, que se principiou junto com as transformações sociais ocorridas no Brasil, na década de 1980.

Isso representa uma resposta aos movimentos sociais e às lutas organizadas pela sociedade civil, em torno das garantias de direitos sociais para a infância brasileira que, aos poucos, foram se consolidando e se fortalecendo até se transformarem em direitos sociais em forma de leis.

Todavia, isso não significa que as políticas de financiamento aos direitos da criança foram de fato garantidas ou que realmente se efetivaram. Com base nessa assertiva, fica a ideia de que a configuração do Estado neoliberal, a legislação do período estudado e a priorização dos investimentos realizados na pós-graduação foram fundamentais para a compreensão da produção quantitativa das pesquisas sobre a infância desse período.

Os resultados gerais do estudo apontaram que as pesquisas realizadas sobre a infância, nos programas de pós-graduação, principiaram uma série de pesquisas sobre os direitos sociais, em especial sobre os direitos educacionais da criança pequena. Tais pesquisas permitiram que os direitos, estabelecidos pela legislação, fossem questionados e estudados, contribuindo, sobretudo, para uma nova visão de infância e de educação.

Os trabalhos produzidos nos programas de pós-graduação no Brasil caracterizam a formação de uma nova área do conhecimento que contribui para os estudos da história da infância no Brasil e que possibilitam a compreensão da criança sob o ponto de vista da história. Entretanto, são necessárias novas pesquisas para que a história da infância no Brasil possa se consolidar como importante área do

conhecimento e que possa contribuir para a formação dos professores nos cursos de graduação das universidades, que trabalharão com as crianças nas escolas.

\* \* \*

## Referências

- ALVES-MAZZOTTI, A. J. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação. *Cadernos de pesquisa*, n. 113, p. 39-50, 2001.
- ARAÚJO, V. C. *Criança: do “reino da necessidade” ao “reino da liberdade”*. 207 p. Vitória. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, 1994.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90 de 13 de julho de 1990*. São Paulo: CBIA-SP, 1991.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996*. Brasília: MEC, 1996a.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)*. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial da União, 1996b.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação: Apresentado por Ivan Valente*. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001b.
- BUJES, M. I. E. *Infância e Maquinarias*. 308 p. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.
- CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. 1989. *Convenção*. Disponível em: <[http://www.onu-brasil.org.br/doc\\_crianca.php](http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php)>. Acesso em: 07 dez. 2008.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. *História e missão*. 2009. Disponível em:

- <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 15 dez. 2009.
- CORAZZA, S. M. *História da infâncilidade: A - vida - A morte e mais-valia de uma infância sem fim*. 619 p. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales a nova história*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- DUARTE, N. A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na Pós-graduação em Educação. Florianópolis, S.C. *Perspectiva*. v. 24, n. 1. p. 89-110, 2006.
- FRANCO, M. E. W. *Desaparecimento ou uma nova conformação da infância?* 85 p. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2001.
- FURLAN, M. R. *A construção do “ser” criança na sociedade capitalista*. 100 p. Maringá, PR. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 2003.
- GOHN, M. G. *Movimentos sociais e educação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- GÓMEZ, M. M. C. *A prática histórica no processo de constituição de diferentes concepções de infância, de estados primitivos até a modernidade*. 141p. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- KUENZER, A. Z; MORAES, M. C. M. Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação e Sociedade*, v. 26, n. 93, p. 1341-1362, 2005.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (Feurbach)*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 15-77.
- OLIVEIRA, M. L. B. *Infância e Historicidade*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.
- POSTMAN, N. *O Desaparecimento da Infância*. 1. ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1999.
- STIMAMIGLIO, N. M. R. *Lembranças de infância: narrativas entrelaçando espaços-tempos na cidade de Antônio Prado*. 240 p. Antônio Prado, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

Recebido em 16 de agosto de 2018.  
Aprovado em 14 de novembro de 2018.